

# Concordância verbal e determinação de parâmetros sintácticos no processo de aquisição do Português Europeu e Brasileiro

Fernanda Gonçalves

Universidade de Évora; Onset-CEL, FLUL

## 1. Enquadramento teórico

No âmbito dos estudos generativistas, as relações de *interface* entre os módulos morfológico e sintáctico têm sido alvo de investigação aturada e renovada nos últimos anos, já com o enquadramento minimalista subjacente, continuando a respeitar-se a Teoria de Princípios e Parâmetros. Veja-se a este respeito Chomsky (1998; 1999; 2002). Elege-se como crucial o conceito de “aprendibilidade” (*learnability*), segundo o qual cada proposta deve ser compatível com a descrição efectiva do processo de aquisição, entendido como o conjunto de fixações de parâmetros (que deverão necessariamente ser facilmente detectáveis no *input*), para os princípios universais.

Nessa medida, propostas surgidas inicialmente para explicar a mudança sintáctica, que a descreviam como estando dependente de alterações ao nível da forma como se produzem paradigmas morfológicos flexionais (de que se destacaram Rohrbacher, 1999 e Vikner, 1997), têm sido trabalhadas no âmbito dos estudos sobre aquisição, explorando-se a possibilidade teórica de a aquisição de aspectos sintácticos básicos da língua estar dependente da consolidação de paradigmas da flexão verbal, como em Clashen, Eisenbeiss e Penke (1996).

Concorrentemente, em propostas alternativas (como em Snyder, 1995 ou Lardiere, 2000) defendia-se que os aspectos morfológicos flexionais e os sintácticos são adquiridos de forma dissociada.

Para reflexões e sínteses sobre as várias hipóteses alternativas, veja-se Bobaljik (2000), ou ainda, com maior enfoque nos aspectos relacionados com a aquisição (L1 e L2), Sprouse (1998), Liceras, Díaz e Mongeon (2000) e Herschensohn e Stevenson (2003:301).

Estes últimos autores identificam, por um lado, a Hipótese dos Traços Falhados (*Failed Features Hypothesis* ou FFH), segundo a qual o desenvolvimento da sintaxe está ligado a especificações da morfologia explícita; defende-se que existe uma correlação forte entre desenvolvimento da sintaxe e da morfologia, com convergência cronológica na fixação de parâmetros. Por outro lado, identifica-se a Hipótese da Flexão Superficial Omitida (*Missing Surface Inflection Hypothesis* ou MSIH), segundo a qual o desenvolvimento da sintaxe não está dependente da morfologia; os erros eventualmente observados devem ser associados a problemas de *performance*.

A medição do grau de adequação de umas e outras hipóteses passará necessariamente pela verificação de como se confirmam ou não, em termos empíricos, as predições a que permitem dar corpo, o que tem sido feito, respeitando as premissas originais, a partir do estudo de como surgem, ou seja, como são produzidos nos estádios iniciais, paradigmas flexionais verbais, por um lado, e aspectos sintácticos nucleares, por outro, como sejam os que se relacionam com o movimento do verbo ou com a natureza (nula ou não) do sujeito.

No âmbito específico dos estudos sobre o Português, dados conhecidos sobre a história recente do PB, que incluem, a nível do paradigma flexional, a perda da marcação específica de segunda pessoa do singular, datada de finais do século XIX e, em simultâneo, alterações relacionadas com diversos aspectos de natureza sintáctica, têm levado alguns autores a defender que todo o processo teria envolvido uma alteração ao nível do Parâmetro do Sujeito Nulo (veja-se Roberts e Kato, 1993 e Kato e Negrão, 2000).

Foi neste âmbito, e tendo em conta o enquadramento acima exposto, que surgiu o projecto de analisar comparadamente a aquisição daqueles aspectos (a flexão verbal por um lado e os sujeitos e o movimento do verbo por outro, tendo-se ainda observado infinitivos, imperativos e objectos), de que resultou a dissertação Gonçalves (2004), para a qual esta comunicação remete.

## 2. Os dados

O *corpus* integra dados (gentilmente cedidos pelo Laboratório de Psicolinguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e pelo Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp e ainda, em parte, disponíveis na base de dados CHILDES)<sup>1</sup> de quatro crianças portuguesas e três brasileiras, com idades entre 1;08.21 e 3;01.15, gravadas em sessenta sessões, que incluíram 15323 formas verbais, os quais foram transcritos e codificados de acordo com o sistema CHILDES (veja-se Gonçalves, 2004 para mais detalhes e, sobre o referido sistema, MacWhinney, 2000). Foram posteriormente trabalhados de um ponto de vista quantitativo e analisados.

No âmbito deste artigo, tendo em conta as limitações inerentes de espaço, optei por dar conta de dados médios globais, remetendo de novo para Gonçalves (2004), de onde foram recolhidas as tabelas agora apresentadas, para dados parcelares e complementares.

As crianças cujos dados foram analisados são identificadas por siglas (LUI, RAP, JOA, PED, as crianças portuguesas, e PAU, RAB e TIA, as crianças brasileiras).

<sup>1</sup> Devem-se destacar como responsáveis pelo trabalho de recolha dos dados em causa os Professores António Quintas Mendes, Maria João Freitas, Anabela Gonçalves, Ester Mirian Scarpa e Leonor Scliar-Cabral. Para mais detalhes, veja-se o capítulo 5. em Gonçalves (2004), relativo à "Metodologia e caracterização do *corpus*".

Relativamente à forma como os dados são apresentados abaixo, apresenta-se em (1) a legenda (com um paradigma ilustrativo);<sup>2</sup> quanto aos dados relativos aos sujeitos (ponto 4.), a legenda é a que se apresenta em (2).

(1)	1/1 – eu vou 1pl/1pl – nós vamos	2/2 – tu vais 2pl/2pl – vós ides	3/3 – ele vai 3pl/3pl – eles vão
	1/2 – tu vou 3/1 – eu vai 3/2pl – vós vai	1/3 – ele vou 3/1pl – nós vai 3/3pl – eles vai	2/3 – ele vais 3/2 – tu vai 3pl/3 – ele vão
	3/3(ref1) – o João vai (sendo o João a criança que fala).		
	3/3(ref1pl) – a gente vai	3/3(ref2)	– você vai
	3/3(ref3pl) – todo o mundo (=eles) vai	3pl/3pl(ref2pl)	– vocês vão
	1/3(ref1) – O João vou (sendo o João a criança que fala)		

(2)	- 0suj	significa	sujeito nulo referencial;
	- 0suj-ex	significa	sujeito nulo expletivo;
	- 1suj	significa	sujeito DP referencial;
	- 1suj-d	significa	sujeito pronome demonstrativo;
	- 1suj-pp	significa	sujeito pronome pessoal. <sup>3</sup>

### 3. Paradigmas flexionais

Relativamente aos padrões de privilégio das formas, verifica-se para as várias crianças a seguinte evolução:

(3) Privilégio de formas – PE						
LUI	3/3	1/1	3pl/3pl	2/2	1pl/1pl	3pl/3plref2pl
RAP	3/3	1/1	2/2	3pl/3pl	1pl/1pl	
JOA	3/3	1/1	3pl/3pl	2/2	1pl/1pl	
PED	3/3	1/1	2/2	3pl/3pl	1pl/1pl	

(4) Privilégio de formas – PB						
PAU	3/3	1/1	3/3ref2	1pl/1pl		
RAB	3/3	1/1	3/3ref2	1pl/1pl	3pl/3pl	3/3ref1pl
TIA	3/3	1/1	1pl/1pl	3/3ref2		

<sup>2</sup> Esta codificação deve-se entender como: 1/1 equivalente a “1ª pessoa do singular onde deveria estar 1ª pessoa do singular”, etc., tomando naturalmente por referência o estado adulto. Na sua génese, foi baseada em Gaya (1998). Para mais detalhes, veja-se, de novo, Gonçalves (2004).

<sup>3</sup> Esta opção metodológica baseou-se em Simões (1997), já que um dos objectivos consistiu em comparar os dados com os que a autora apresenta.

Quanto à produção das várias marcações flexionais para as duas variedades, os valores médios são os seguintes:

(5) Marcações flexionais – PE										
	1/1	2/2	3/3	1pl/ 1pl	3pl/ 3pl	3/1	3/2	3/3pl	Ou- tros	Total
LUI	10.5%	2.3%	73.5%	1.1%	8.3%	1.1%	0.3%	2.1%	0.8%	100%
RAP	26.6%	5.8%	59.4%	1.1%	2.9%	1.4%	0.9%	1.1%	0.8%	100%
JOA	11.7%	2.9%	71.4%	2.7%	3.4%	3.7%	2.1%	1.3%	0.9%	100%
PED	16.0%	6.9%	63.2%	0.7%	3.8%	6.1%	0.4%	2.7%	0.3%	100%
Total	16.2%	4.5%	66.9%	1.4%	4.6%	3.1%	0.9%	1.8%	0.7%	100%

(6) Marcações flexionais – PB								
	1/1	3/3	1pl/1pl	3/1	3/3pl	3/3ref2	Outros	Total
PAU	19.9%	56.0%	1.7%	18.0%	0.1%	3.2%	1.1%	100%
RAB	34.5%	47.3%	5.2%	2.1%	1.1%	9.2%	0.7%	100%
TIA	5.3%	90.1%	0.9%	1.5%	0.3%	0.6%	1.2%	100%
Total	19.9%	64.5%	2.6%	7.2%	0.5%	4.3%	1.0%	100%

Em comum, a leitura das tabelas (3) e (4) acima permite assinalar o grande predomínio de 3/3 nas duas variedades, que se vai dissolvendo, inicialmente em favor de 1/1, bem como o peso relativo (em termos globais) das formas divergentes da norma adulta; notam-se ainda, pela leitura das tabelas (5) e (6), as diferenças individuais consideráveis, no uso de 3/1, por exemplo (com o caso flagrante de PAU), que “atravessam” as duas variedades, não se podendo por isso considerar mais típica de uma do que de outra.

A diferença óbvia entre variedades prende-se com a ausência de 2/2 em PB, em que a forma de 3/3ref2 aparece em equivalência funcional, mas a comparação entre as duas formas revela pesos percentuais praticamente iguais, o que não era previsível, dado o grau de especificidade, distinto para cada uma delas.

A outra excepção significativa (e já não óbvia) diz respeito às formas de plural, as quais surgem mais tardiamente em PB.

Observando a ordem relativa de aparecimento significativo de formas, é interessante verificar que no PE a última [pessoa] a ocorrer é aquela que foi importada do paradigma de outra [pessoa] (3pl/3plref2pl) e a penúltima é aquela que ocorre hoje alternativamente com outra também importada (1pl/1pl), considerando-se que a forma nominal respectiva (“a gente”) integra já o quadro pronominal.

No PB verifica-se o mesmo “atraso” das formas de segunda pessoa, as que sofreram processos de substituição por outras não específicas (3/3ref2 e 3pl/3plref2pl). No paradigma de plural as formas de 1pl/1pl surgem antes de 3pl/3pl.

Os dados observados indiciam claramente que a mudança linguística afectou (e afecta) em primeiro lugar as formas que surgem mais tardiamente.

Este aspecto é potencialmente muito interessante, já que permite perceber que a mudança está inscrita no próprio sistema; por outro lado, tem um poder preditivo claro e importante: é possível prever qual será o curso de futuras evoluções; no caso do PE, menos inovador, neste aspecto, a verificarem-se alterações, elas irão no mesmo sentido do que ocorreu em PB, o que já sucedeu em relação à segunda pessoa do plural e, embora em termos distintos (uma vez que “a gente” não substituiu “nós”), à primeira pessoa do plural.

Note-se que a mudança tem neste sentido o efeito de tornar os sistemas globalmente menos especificados, deixando de se percorrer todos os passos do estádio anterior, em termos diacrónicos, no que diz respeito ao domínio de formas específicas, ou seja, próprias a cada pessoa gramatical.

Em termos teóricos, diversas possibilidades explicativas têm surgido, podendo-se antes de mais referir a Hipótese Maturacional, tal como formulada em Radford (1996), na sequência de trabalhos anteriores do mesmo autor, no âmbito da qual se advoga, basicamente, que o desenvolvimento linguístico está fundamentalmente dependente da maturação, devendo por isso verificar-se um padrão muito semelhante para todas as crianças, em termos etários. Defende-se assim a existência de uma fase pré-funcional, a qual cessa com o surgimento das categorias funcionais, por volta dos dois anos de idade.

Esta hipótese deixa por explicar alguns dos aspectos significativos notados acima para os dados em análise:

- o atraso relativo da segunda pessoa do singular;
- a relevância inicial de 3/3, claramente uma forma *default*.

Além destes, um outro aspecto não explicado à luz desta Hipótese se tornou evidente na análise detalhada reportada em Gonçalves (2004): as grandes flutuações, em termos etários, ao nível da consolidação do paradigma flexional.

A relevância inicial de 3/3, em particular, remete-nos claramente para a noção de subespecificação, associada, nomeadamente, com a Hipótese da Aprendizagem Lexical, tal como em Clashes, Eisenbeiss e Penke (1996) (igualmente na sequência de trabalhos anteriores), segundo a qual toda a estrutura está presente desde o início, embora subespecificada, havendo desenvolvimento gradual do que diz respeito a cada língua particular.

Quanto à economia projecional e interna a cada projecção (*head-driven projections*), que aquela Hipótese também advoga, é possível conceber que as formas *default* tenham de facto uma constituição distinta, enquanto feixe de traços, e que encabecem unicamente as projecções tornadas necessárias. No entanto, existe uma questão crucial: o que as torna necessárias? Como fica claro pela defesa de detonamento morfológico, de acordo com Clashes, Eisenbeiss e Penke (1996), nomeadamente, é, no caso concreto da concordância, a flexão a forçar as projecções funcionais. Os autores defendem pois que a inserção de marcas de [pessoa], por exemplo, força a subida do verbo.

É em relação a esta concepção que é possível colocar objecções, já que se é claro que a consolidação da aquisição da concordância verbal é um sinal de que a criança domina já a configuração projecional e o movimento derivacional que lhe estão associados, não é evidente que esse domínio não possa existir previamente. Tal ocorre se se verificar que aspectos sintácticos fundamentais da língua estão já dominados quando ainda não há evidência para a consolidação da aquisição da concordância verbal.

Quanto à proposta em Hyams (1996), o conceito de subespecificação surge numa acepção mais específica; línguas como o Português não parecem no entanto conformar-se às predições dessa proposta, o que levou aliás a uma reformulação da mesma para as línguas românicas em Salustri e Hyams (2003).

Assume-se pois que a estrutura inicial, a que se indica em (7), se vai especificando gradualmente.

(7) [AgrP[TP-vP[VP]]]

Interpreta-se o predomínio da terceira pessoa do singular, não como ausência de concordância, mas como existência de concordância – enquanto relação sintáctica – sem marcação morfológica de [pessoa] e [número].

Subespecificação significa, nesta acepção, “com um número limitado de especificações”.

No estado adulto, assume-se que tem lugar uma competição entre formas, ganhando as mais especificadas, em função do conjunto de traços em causa para o respectivo item de Vocabulário; nos primeiros estádios de aquisição da linguagem (nos dados aqui analisados) o conjunto de traços disponível é limitado, o que condiciona a marcação morfológica.

Quanto à proposta específica de derivação das estruturas nos estádios iniciais nas duas variedades, os dados apontam claramente para uma dissociação entre [pessoa] e [número]. Nessa medida, será possível assumir a dissociação de AgrP numa projecção de [pessoa] (PerP) e noutra de [número] (NumP) (comum a inúmeras propostas teóricas), defendendo-se que NumP é subespecificado até mais tarde, sendo beneficiadas, mais uma vez, as formas de singular (as menos especificadas), e, de entre estas, a *default*; em Português, 3/3.<sup>4</sup>

A diferença entre a natureza dos traços de [pessoa] e [número] está de resto atestada em propostas como em Hoekstra e Hyams (1998), em que se nota que [número] é um traço nominal e [pessoa] e [tempo] são traços dêicticos.<sup>5</sup>

No entanto, é difícil explicar o “atraso” das formas de plural em PB, por relação com o PE com o recurso a esta proposta. Complementarmente, assumirei que a natureza do morfema de [plural] é distinta nas duas variedades, como em Costa e Silva (2003):

<sup>4</sup> A justificação para a projecção de NumP, no entanto, precisamente pela sua natureza, não é óbvia no quadro minimalista.

<sup>5</sup> Os autores assumem que a subespecificação só afecta o domínio nominal, explicando-se assim porque, na sua proposta, só [número] pode ser subespecificado, quer ao nível da oração, quer ao nível de DP.

no caso da variedade brasileira com o padrão de inovação extremo (reduzido a duas formas), os autores concluem que só [pessoa] (já não [número]) é o traço relevante.

Como explicação para as diferenças entre PE e PB, assumem que em PE, [plural] é um “morfema dissociado”, podendo-se associar (*attach*) a várias cabeças, por processo morfológico; em PB, é um “morfema único” (*singleton*), ligando-se ao elemento que faz a “ancoragem” da informação de número.

#### 4. Sujeitos

Apresento as sínteses dos dados relativos às duas variedades.

	(8) Tipos de sujeito – PE					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
LUI	67.7%	0.5%	10.9%	13.3%	7.7%	100%
RAP	68.0%	1.2%	8.6%	8.5%	13.7%	100%
JOA	70.3%	0.2%	12.2%	11.1%	6.2%	100%
PED	66.3%	0.2%	8.1%	11.7%	13.7%	100%
<b>Média</b>	<b>68.1%</b>	<b>0.5%</b>	<b>10.0%</b>	<b>11.2%</b>	<b>10.3%</b>	<b>100%</b>

	(9) Tipos de sujeito – PB					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
PAU	72.1%	2.7%	8.4%	4.8%	12.0%	100%
RAB	52.2%	4.6%	6.2%	5.2%	31.8%	100%
TIA	61.4%	2.2%	24.5%	5.0%	6.9%	100%
<b>Média</b>	<b>61.9%</b>	<b>3.2%</b>	<b>13.0%</b>	<b>5.0%</b>	<b>16.9%</b>	<b>100%</b>

O PE e o PB apresentam, em relação ao sujeito nulo, um quadro distinto: os dados do PE são homogêneos, revelando um momento estacionário, em termos evolutivos; os dados do PB demonstram, ao invés, existir heterogeneidade.

As diferenças interindividuais assinaladas para o PB deixam em aberto duas possibilidades teóricas: ou se trata de uma situação de gramáticas em competição, ou, simplesmente, de diferentes estratégias de desenvolvimento; assim, se PAU se aproxima, quanto aos valores de sujeito nulo referencial e de pronomes pessoais, do PE, os dados relativos a RAB indiciam claramente que se está perante um quadro consistentemente diferente, com privilégio das formas de pronome pessoal, em detrimento do sujeito nulo referencial.

Os dados relativos a RAB coincidem, em grande medida, com os de A., analisados em Simões (1997):

(10)					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp
Simões (1997) Média	46.2%	6.0%	10.5%	8.0%	29.6%
Dados RAB Média	52.2%	4.6%	6.2%	5.2%	31.8%

Tal como naquele trabalho, também não se encontrou aqui evidência para falar de uma alteração paramétrica (ou reparametrização) brusca, quer nos dados relativos ao PE, quer nos dados relativos ao PB.

Quanto às diferenças relativas ao estado adulto, verificou-se o que já se tinha igualmente constatado em Simões (1997) e em Palmiere (2000): os dados do PB aqui apresentados evidenciam valores mais elevados de sujeito nulo do que os do respectivo estado adulto, tomando-se os dados em Barbosa, Duarte e Kato (2000:542), com base num *corpus* escrito de entrevistas reproduzidas pela imprensa:

(11)			
Variedade	Sujeito Nulo	Sujeito Pleno	Total
PE	126 (78%)	36 (22%)	162 (100%)
PB	63 (44%)	79 (56%)	142 (100%)

A hipótese explicativa mais evidente é a que aquelas autoras (em Simões, 1997 e Palmiere, 2000) assumem: ficar a dever-se tal aspecto a factores pragmáticos. No entanto, a observação dos dados do PE problematiza tal hipótese, já que se esperaria que nesta variedade os valores de sujeito nulo fossem ou iguais, ou, avaliando o peso dos referidos factores pragmáticos, igualmente superiores ao que se verifica para o estado adulto. Ora, confrontando-se os valores médios de sujeito nulo das crianças portuguesas com os que se indicam agora para o respectivo estado adulto, constata-se que aqueles são inferiores a estes: 68.6% (equivalentes à soma dos nulos referenciais com os nulos expletivos) contra 78%.

Acresce ainda o facto, revelado em Gonçalves (2004), de os dados não revelarem para cada criança uma tendência para aumento de sujeitos nulos: ou são constantes, com oscilações, ou revelam uma ligeira tendência para diminuir, pelo privilégio crescente das formas pronominais.

Poder-se-á naturalmente assumir que os factores pragmáticos pesam aqui, mas por outra via: é possível que no texto escrito o uso de sujeitos nulos seja superior. Em rigor, só uma metodologia exactamente coincidente poderia permitir conclusões sólidas a este respeito.

Independentemente dos motivos que levam a que os dados (para as duas variedades) não coincidam com os dos respectivos estados adultos, não se pode escamotear a relevância do contraste verificado entre as crianças falantes de PE e RAB (e A.).



Se nos limitássemos a comparar as médias das duas variedades poderíamos ser levados a concluir que haveria um “ponto comum” na génese do processo, que derivaria depois em PB (com uma eventual reparametrização). No entanto, a relativa estabilidade (ou, melhor dizendo, a inexistência de uma tendência para a diminuição, para cada criança, dos valores de sujeito nulo) leva-nos a identificar “diferentes gramáticas” nos dados do PB; daí afirmar que o contraste significativo é o que tem que ver com RAB (e A.).

Não havendo saltos bruscos, deverá concluir-se que o valor “misto” do PSN (pele menos no que tem que ver com a realização dos sujeitos) é accionado desde o início do processo, para as gramáticas que são determinadas por esse valor “misto”.

Em relação a PAU e TIA não parece haver razões para não defender que o valor do PSN (no que tem que ver estritamente com a realização de sujeitos em finitas) é idêntico ao que é evidenciado pelas crianças portuguesas.

Os dados revelados em Gonçalves (2004) demonstram que não existe nenhuma evolução significativa no momento em que se consolida a aquisição dos paradigmas morfológicos, o que significa que um aspecto fundamental da língua – a propriedade de sujeito nulo – está já consolidado anteriormente.

## 5. Movimento do Verbo

O movimento do verbo foi analisado tendo em conta o objectivo fundamental que consistia em avaliar se já se verificaria de forma coincidente com a do estado adulto antes de estar consolidada a aquisição dos paradigmas flexionais verbais.

Tendo em conta tal objectivo, elegeram-se como sessões relevantes aquelas em relação às quais se considerava não estarem ainda consolidados tais paradigmas, com base, fundamentalmente, na observação do traço de [pessoa], avaliado pela existência de oposição formal entre pelo menos duas formas (ou seja, uma, além de 3/3; para todas as crianças, 1/1).

Por esse critério, a consolidação da aquisição daqueles paradigmas, para LUI (a única criança que aqui considerarei), situou-se na quarta sessão (gravada aos 2;2.0).<sup>6</sup>

Em relação ao movimento do verbo, os testes que normalmente se utilizam são especialmente difíceis de aplicar em Português, já que o contraste que existe por exemplo em Francês entre “pas + verbo infinitivo” e “verbo finito + pas” não se verifica em Português.<sup>7</sup>

Assim, considerar-se-á o desenvolvimento sintáctico relativo ao movimento do verbo tendo em conta, em primeiro lugar, o seguinte aspecto: se não estiver ainda correctamente fixado, assumindo que o marcador de negação frásica está, por hipótese, em posição de adjunção a VP<sup>8</sup>, e assumindo ainda que o sujeito é gerado em SpecVP,

<sup>6</sup> Veja-se o ponto 6.4. em Gonçalves (2004).

<sup>7</sup> Veja-se a este respeito Déprez e Pierce (1993).

<sup>8</sup> É neste momento irrelevante saber em que posição exacta se encontra, sendo unicamente crucial considerar que está fora de VP. Em Gonçalves (1994) foi assumido que a projecção funcional correspondente àquele marcador, NegP, posicionado entre AgrP e TP, se encontra disponível desde o início.

deverá surgir nos dados, na fase relevante, a ordem “NEG + SUJ + V” (como surge em Inglês, por exemplo).

Observando as sessões relevantes, é possível observar o seguinte: na primeira sessão gravada com LUI, dos seis contextos que apresentam marcadores de negação, apenas um apresenta sujeito explícito. Neste, a ordem é a “correcta” (“SUJ+NEG+V”):

- (12) LUI\_P\_01.cha": linha 847.  
 \*MAE: pronto # mete na boca # agora .  
 \*LUI: eu não quero [=! choraminga] .  
 %syn: 1suj (1)Ineg 1v 1/1 pres 0obj  
 \*MAE: Luis # vá lá .

Sendo sabido que existem em Português contrastes significativos no que diz respeito à posição dos diferentes subtipos de advérbios, é igualmente relevante observar os seguintes exemplos:

- (13) LUI\_P\_01.cha": linha 1291.  
 \*MAE: mais.  
 \*LUI: já está.  
 %pho: ta ta  
 %syn: 0suj 1vestar 3/3 pres  
 \*INV: ta@u ta@u [% rep.].
- (14) LUI\_P\_01.cha": linha 1403.  
 \*LUI: ca(s)ca +...  
 \*LUI: assim # pa(r)tes.  
 %syn: 0suj 1v 2/2 pres 0obj  
 \*INV: assim pát@S@u [% rep.].
- (15) LUI\_P\_01.cha": linha 1466.  
 \*MAE: a faca é do pai.  
 \*LUI: não quero assim [=! chora].  
 %syn: 0suj 1neg 1v 1/1 pres 0obj  
 \*LUI: não quero.

Por existir mais do que uma possibilidade de colocação para o advérbio em muitos dos exemplos citados, é significativo assinalar que as ordens produzidas são sempre possíveis; note-se especialmente o contraste entre os exemplos (14) e (15) e, neste último, as posições relativas (e correctas) entre os dois advérbios.

No entanto, em termos teóricos o dado mais relevante diz respeito aos contextos de “V + ADV”: assumindo, mais uma vez, que os advérbios são gerados em adjunção à esquerda a VP (ou, alternativamente, numa projecção funcional específica, o que, para o

caso, é indiferente), tal ordem significa necessariamente que o verbo se deslocou para fora de VP.<sup>9</sup>

De resto, este aspecto conjuga-se com dois outros, também relevantes: por um lado, a inexistência de quaisquer contextos em que a ordem permitida, do ponto de vista do estado final, seja violada; por outro, a complexidade sintáctica considerável de muitos dos enunciados, nomeadamente dos que incluem núcleos verbais complexos.<sup>10</sup>

Finalmente, é relevante referir os contextos de resposta a perguntas globais, os quais envolvem elipse de VP. Assumindo, como é corrente (veja-se, nomeadamente, Matos, 1992), que esta estrutura implica o movimento do verbo para IP, tais contextos são uma prova crucial de que este se dá desde os primeiros estádios:<sup>11</sup>

- (16) LUI\_P\_01.cha": linha 973.  
 \*MAE: que(re)s qu(e) a mãe vá buscar um livro # pa(ra) lermos um livro aqui?  
 \*LUI: que(r)o.  
 %syn: 0suj 1v 1/1 pres 0obj  
 \*MAE: sim?

- (17) LUI\_P\_01.cha": linha 563.  
 \*INV: olha # e as cores dos balões +...  
 \*MAE: não sabe.  
 \*INV: +, sabes dizer?  
 \*LUI: sei [\*].  
 %pho: sábu.  
 %syn: 0suj 1v 1/1 pres 0vinf 0obj  
 \*INV: sábu@u [% rep.].

Conclui-se assim, relativamente a esta criança, que a aquisição dos parâmetros sintácticos fundamentais (em que se inclui o movimento de V-para-I) não está dependente da aquisição dos paradigmas morfológicos flexionais.<sup>12</sup>

<sup>9</sup> Esta assunção, inspirada na proposta bem conhecida de R. Kayne, não é no entanto consensual. A admitir-se a possibilidade de adjunção à direita de VP, apenas exemplos do tipo "O João comprou aqui o livro" (impossíveis em línguas como o Inglês; veja-se o exemplo "\*\*John bought here the book") são considerados relevantes, como assinalou a Professora Inês Duarte.

<sup>10</sup> Para o caso específico desta criança, remete-se para Gonçalves (2004: 9.4.1.1.).

<sup>11</sup> Esta construção tem sido estudada, no que diz respeito à aquisição do PE, nos trabalhos de Ana Lúcia Santos (veja-se nomeadamente Santos, 2003).

<sup>12</sup> Globalmente, os resultados não foram todos igualmente claros. Remete-se, de novo, para Gonçalves (2004: 9.).

## 6. Conclusões

O cruzamento de resultados para os indicadores referidos conduz à conclusão de que a aquisição da morfologia flexional e dos aspectos sintácticos referidos deve ser dissociada, já que se observa que ocorrem de forma independente. De facto, os valores obtidos contrariam a existência de um detonador morfológico único para as duas variedades (PE e PB) ou para os diversos aspectos sintácticos de cada variedade.

Estes resultados vão contra a FFH, hipótese referida em 1. acima, claramente derivada das propostas que procuravam explicar a mudança sintáctica como estando condicionada pelas alterações ao nível dos paradigmas flexionais, conjuntamente designadas em Bobaljik (2000) como a Hipótese da Concordância Rica (*Rich Agreement Hypothesis*, ou RAH), confirmando-se os resultados preliminares obtidos em Gonçalves (2001a) e (2001b).

Globalmente, a Hipótese de Aprendizagem Lexical (LLH), como em Clashes, Eisenbeiss e Penke. (1996), foi acima considerada relevante, com a excepção da noção de “detonamento morfológico” (*morphological bootstrapping*).

Por contraste, a noção de “subespecificação” é considerada fundamental, assumindo-se que está associada a cada categoria específica desde o início do processo; as categorias estão pois disponíveis, sendo gradualmente especificadas, o que dá suporte à Hipótese da Continuidade.

Relativamente à evolução verificada no paradigma flexional verbal, conclui-se que o processo deriva do próprio sistema original, uma vez que as formas que são adquiridas mais tardiamente (em termos de produção) têm sido as mais sujeitas à mudança nas duas variedades.

Finalmente, nota-se que os resultados não são compatíveis com a noção de mudança paramétrica entendida como um processo automático; os dados do PB são heterogéneos em muitos aspectos, em contraste com a homogeneidade relativa dos resultados que dizem respeito às crianças portuguesas. Em termos genéricos, este aspecto leva à reponderação do conceito de “parâmetro” em si mesmo.

## 7. Referências Bibliográficas

- Barbosa, Pilar, M<sup>a</sup> Eugênia Duarte e Mary Kato (2000) A Distribuição do Sujeito Nulo no Português Europeu e no Português Brasileiro, Colóquio Português Europeu / Português Brasileiro. In *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: A.P.L./Colibri, pp. 539-550.
- Bobaljik, Jonathan (2000) The Rich Agreement Hypothesis in Review, Draft 1.1, ms.. McGill University.
- Disp. em <http://www.arts.mcgill.ca/programs/linguistics/Faculty/bobaljik/files.html>.
- Chomsky, Noam (1998) *Minimalist Inquiries: the Framework*. MIT Occasional Papers in Linguistics, n<sup>o</sup>15. Massachusetts: M.I.T..
- (1999) *Derivation by Phase*, MIT Occasional Papers in Linguistics, n<sup>o</sup>18. Massachusetts: M.I.T..
- (2002) *On Nature and Language*, Cambridge: Cambridge University Press.

- Clashen, Harald, Sonja Eisenbeiss e Martina Penke (1996) Lexical Learning in Early Syntactic Development. In Harald Clashen (ed.) *Generative Perspectives on Language Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 129-159.
- Costa, João e Maria Cristina F. Silva (2003) Nominal and verbal agreement in Portuguese: an argument for Distributed Morphology, ms.. FCSH, Univ. Nova de Lisboa.
- Déprez, Viviane e Amy Pierce (1993) Negation and Functional Projections in Early Grammar. *Linguistic Inquiry*, 24, pp. 25-67.
- Gaya, Aurora (1998) *Teoria Lingüística i Adquisició del Llenguatge*, Dissertação de Doutoramento, Universitat Autònoma de Barcelona.
- Gonçalves, Fernanda (1994) *Negação Frásica em Português. Caracterização Sintáctica com Referência ao Processo de Aquisição*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- (2001a) Comparing Acquisition Processes in European Portuguese and Brazilian Portuguese - Additional Evidence for Morphology After Syntax. *Proceedings of GALA*, pp. 312-319.
- (2001b) Riqueza morfológica e movimento do verbo – o caso do Português (PE/PB) a partir de dados da aquisição. *Actas do XVII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: A.P.L./Colibri, pp. 201-214.
- (2004) *Riqueza Morfológica e Aquisição da Sintaxe*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora.
- Herschensohn, Julia e Jeffrey Stevenson (2003) Failed Features or Missing Inflection? Child L2A of Spanish Morphology. *Proceedings of the 27<sup>th</sup> Annual Boston University Conference on Language Development*, Volume 1, pp. 299-310.
- Hoekstra, Teun e Nina Hyams (1998) Aspects of Root Infinitives. *Lingua* 106, pp. 81-112.
- Hyams, Nina (1996) The Underspecification of Functional Categories in Early Grammar. In Harald Clashen (ed.), *Generative Perspectives on Language Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 91-127.
- Kato, Mary e Esmeralda Negrão (eds.) (2000) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Madrid: Iberoamericana-Vervuert.
- Lardiere, Donna (2000) Mapping Features to Forms in Second Language Acquisition. In John Archibald (ed.) *Second Language Acquisition and Linguistic Theory*. Oxford: Blackwell Publishers, pp. 102-129.
- Liceras, Juana, Lourdes Díaz and Caroline Mongeon (2000) N-Drop and Determiners in Native and Non-Native Spanish: More on the Role of Morphology in the Acquisition of Syntactic Knowledge. In Ronald Leow e Cristina Sanz (eds.) *Spanish Applied Linguistics at the Turn of the Millennium*. Somerville: Cascadilla Press, pp. 67-96.
- Matos, Gabriela (1992) *Construções de Elipse do Predicado em Português: SV Nulo e Despojamento*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- MacWhinney, Brian (2000) *The CHILDES Project: Tools for Analyzing Talk. Third Edition*, 2 volumes. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Palmiere, Denise (2002) *A Inacusatividade na Aquisição da Linguagem*, Dissertação de Doutoramento, Unicamp, Campinas.

- Radford, Andrew (1996) Towards a Structure-Building Model of Acquisition. In Harald Clahsen (ed.), *Generative Perspectives on Language Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 43-89.
- Roberts, Ian e Mary Kato (orgs.) (1993) *Português Brasileiro – Uma Viagem Diacrónica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Rohrbacher, Bernhard (1999) *Morphology-driven Syntax: a Theory of V to I Raising and pro-drop*. Amsterdam: John Benjamins.
- Salustri, Manola e Nina Hyams (2003) Is There an Analogue to the RI Stage in the Null Subject Languages. *Proceedings of the 27<sup>th</sup> Annual Boston University Conference on Language Development*, Volume 2, pp. 692-703.
- Santos, Ana Lúcia (2003) The Acquisition of Answers to Yes-No Questions in European Portuguese: Syntactic, Discourse and Pragmatic Factors. *Journal of Portuguese Linguistics*, Volume 2, (1), pp. 61-92.
- Simões, Luciene (1997) *Sujeito Nulo na Aquisição do Português Brasileiro: um Estudo de Caso*, Dissertação de Doutorado, PUCRGS, Porto Alegre.
- Snyder, William (1995) *Language Acquisition and Language Variation: The Role of Morphology*, Dissertação de Doutorado, M.I.T., Massachusetts. Distribuído por MIT Working Papers in Linguistics.
- Sprouse, Rex (1998) Some Notes on the Relationship between Inflectional Morphology and Parameter Setting in First and Second Language Acquisition". In Marie-Luise Beck (ed.) *Morphology and its Interfaces in Second Language Knowledge*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 41-67.
- Vikner, Sten (1997) V<sup>o</sup>-to-I<sup>o</sup> Movement and Inflection for Person in All Tenses. In Lillian Hageman (ed.), *The New Comparative Syntax*. London: Longman, pp. 189-213.